

Governo faz revisão do pacote de renegociação plurianual

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo está revendo todos os pontos do "pacote" de renegociação plurianual da dívida externa brasileira e poderá colocar na mesa de negociação com os bancos credores internacionais uma redução substancial no prazo de consolidação da dívida: em vez de montar um "pacote" envolvendo as amortizações de 1985 a 1991, como foi proposto pela gestão passada, o presidente José Sarney poderá optar pelo prazo de 1986 a 1988, o tempo previsto de duração do seu governo. Assim, o volume de amortizações abarcado cairia de US\$ 45,3 bilhões para pouco menos de US\$ 30 bilhões, sendo este principal rolado por dezesseis anos.

Os técnicos brasileiros envolvidos diretamente no assunto já estão trabalhando com a prorrogação dos termos da fase 2 de renegociação para 31 de novembro, já que a segunda prorrogação vence no dia 31 de agosto. Mais do que isso, a menos que o caso brasileiro seja inédito, deverá haver ainda uma quarta prorrogação a vencer em janeiro do próximo ano, pois não se conta com a hipótese de concluir a renegociação multianual com prazo para a assinatura dos contratos ainda neste ano.

TRATAMENTO ESPECIAL
O México, por exemplo, concluiu as negociações com os bancos credores em setembro de 1984 e somente conseguiu assinar os contratos em março de 1985. Esse é o prazo usual de conclusão total das negociações e, a menos que o Brasil seja objeto de um tratamento especial, prevalecerá um período de convencimento junto aos demais bancos envolvidos (cerca de setecentos), que não permite acenar com conclusão até dezembro, mesmo que o acordo seja negociado ainda neste mês de agosto.

Essa perspectiva fica ainda mais acentuada se for considerado que, até o momento, não houve abertura das negociações com o

comitê de assessoramento da dívida externa. Na primeira vez que foi a Nova York, o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, acenou com a possibilidade de assinar o acordo com os bancos tal como estava armado pela gestão do presidente Figueiredo. Ponderou apenas aos bancos credores que se trocasse a palavra "monitoramento" do Fundo Monetário Internacional até o ano 2000 pela palavra "consultation".

As pressões internas dentro do próprio governo foram intensas e, aos poucos, o presidente José Sarney foi amadurecendo a idéia de rever todo o acordo. Hoje, são sete os pontos que deverão ser colocados em discussão pelo governo, mas ainda não existe um consenso em torno da contraproposta brasileira. Mas admite-se que, reduzindo o prazo de consolidação e, portanto, sendo um "pacote" menor do que o anterior, o governo Sarney estaria com maior poder de barganha para mudar as demais cláusulas que considera inaceitáveis.

A QUESTÃO DA CAPITALIZAÇÃO

A principal novidade que está sendo considerada pelos técnicos brasileiros é a

questão do "refinanciamento" ou "capitalização dos juros" da dívida. As discussões internas sobre a questão da inclusão dos juros no "pacote" de acordo com os bancos é intensa e tratada com muita cautela. Mas, entre o financiamento automático de uma parcela dos juros e a capitalização parcial, os técnicos do governo consideram a segunda alternativa mais racional. O certo é que existe a idéia de limitar o pagamento dos juros à sua parcela real, capitalizando ou refinanciando os juros nominais.

Além desse delicado ponto, os técnicos do governo assinalam outros lances também ousados que deveriam ser jogados na mesa de negociação. Um deles refere-se à eliminação do projeto de linhas interbancárias (o projeto 4) e sua transformação "compulsória" em linhas comerciais, tirando os bancos brasileiros no exterior da situação de vulnerabilidade em que se encontram hoje.

A redução do "spread" tratada pelo governo passado era para uma taxa média de 1,4%, já que a nova taxa de risco seria aplicada no momento de vencimento das amortizações. O governo pretende insistir na aplicação de "spreads" menores sobre o estoque da dívida, como foi obtido pelo México.

A POLEMICA DO "RE-LENDING"

A polêmica questão do "re-lending" — repasse interno dos recursos reescala-

lonados em 1983 e 1984 — também está alinhada como inaceitável. A idéia dos técnicos brasileiros é que todos os empréstimos destinados ao governo — que representam cerca de 80% do total — seriam gerenciados pelo Banco do Brasil ou pelo BNDES. Essas instituições é que escolheriam os mutuários finais, retirando das empresas estatais, estados e municípios o ônus de encargos e comissões adicionais aos contratuais. Os empréstimos destinados ao setor privado poderiam ser intermediados pelos próprios bancos internacionais.

Os outros três itens — "downpayment", a questão do fórum de Nova York para os litígios da dívida e o "monitoramento" do FMI até o final da rolagem da dívida, ou seja, por mais dezesseis anos — também constam da lista de pontos a serem rediscutidos no momento em que for efetivamente reaberta a negociação com os bancos credores. Até agora, portanto, o comitê de assessoramento desconhece, pelo menos formalmente, quais os desejos do governo Sarney. A atitude do governo peruano, do liberal Alan García, que anunciou sua intenção de limitar o pagamento dos juros da dívida em 10% das exportações daquele país, vem, de certa forma, ajudar o Brasil na sua negociação, pois é "um tumulto a mais num cenário já complicado", como observou uma fonte qualificada do governo.